

Educação do campo: primeiras aproximações

Dominique Michèle Periotto Guhur*
Irizelda Martins de Souza e Silva**

Resumo

O presente artigo pretende oferecer uma primeira aproximação com o tema da educação do campo. Identifica quem são os sujeitos do campo, os sujeitos coletivos que os representam e a especificidade da educação do campo. Aborda sua origem e trajetória, na constituição de um movimento nacional que luta por políticas públicas para a Educação. Traz uma amostra da legislação pertinente: o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo e as Escolas Itinerantes. Aborda, finalmente, a pedagogia do movimento, que resultou da reflexão teórica sobre o encontro entre educação e movimentos sociais.

Palavras-chave: Educação do campo. Movimentos sociais. Pedagogia do movimento.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo oferece, de maneira sucinta, uma primeira aproximação com o tema da educação do campo, sem a pretensão de realizar uma revisão

* Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM), linha de pesquisa Políticas Públicas e Gestão Educacional; membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas e Gestão Educacional (GEPPGE); trabalha com Movimentos Sociais Populares desde 1999; Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-graduação em Educação; Av. Colombo, 5.790, Bloco G34, Sala 101, Maringá, PR, 87020-9000; dominiqueguhur@yahoo.com.br

** Doutora em Educação; professor-adjunto do Departamento de Teoria e Prática da Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM), linha de pesquisa Políticas Públicas e Gestão Educacional; membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas e Gestão Educacional (GEPPGE); irizmss@yahoo.com.br

exaustiva sobre o assunto. Dessa maneira, busca-se, inicialmente, identificar quem são os sujeitos do campo, bem como os sujeitos coletivos que os representam para compreender a especificidade da educação do campo e reconstruir, de forma breve, sua trajetória. Procurando trazer um pouco da legislação pertinente, mencionam-se três grandes conquistas da educação do campo, que se encontram “na letra da lei”. Finalmente, aborda-se a pedagogia do movimento, a qual resultou da reflexão teórica sobre o encontro entre educação e movimentos sociais e que propõe o movimento social ao mesmo tempo como princípio educativo e sujeito pedagógico.

A reflexão nasceu da necessidade de abordar o tema da educação do campo com acadêmicos do Curso de Pedagogia, de maneira introdutória e, portanto, com a intenção de oferecer uma primeira visão do assunto. O artigo, nesse sentido, oferece pistas para análise e reflexão, isto é, convida o leitor a descobrir essa experiência recente na educação brasileira.

2 QUEM SÃO OS SUJEITOS DO CAMPO

No documento *Por uma Educação do Campo: Declaração 2002* (produzido durante o Seminário Nacional por uma Educação do Campo), consta que:

No campo existem milhões de brasileiras e brasileiros [...] que vivem e trabalham no campo, como: pequenos agricultores, quilombolas, povos indígenas, pescadores, camponeses, assentados, reassentados, ribeirinhos, povos da floresta, caipiras, lavradores, roceiros, sem-terra, agregados, caboclos, meeiros, boias-frias, entre outros. (KOLLING; CERIOI; CALDART, 2002, p. 11).

Esses povos do campo possuem uma identidade cultural própria, que têm raízes na sua maneira de viver e trabalhar, enfim, uma “[...] cultura que se produz através de relações sociais mediadas pelo trabalho na terra.” (FERNANDES; CERIOI; CALDART, 1998, p. 17). Contudo, não é somente isso. A própria dicotomia campo-cidade vem sendo evidenciada. A interiorização da agroindústria, o crescimento no campo do trabalho em ocupações não rurais, contingentes

importantes de pessoas que trabalham no campo, mas vivem na cidade (e vice-versa), etc. expressam a complexa relação entre o rural e o urbano. Além disso, há de se reconhecer que “[...] a maioria das sedes dos pequenos municípios é rural, pois sua população vive direta e indiretamente da produção do campo.” (KOLLING; CERIOLI; CALDART, 2002, p. 11). Isso significa que há mais do campo no cotidiano do que normalmente se percebe.

São, também, sujeitos do campo os movimentos sociais populares, sujeitos coletivos que, por meio da organização e da luta, engendraram a educação do campo.

3 OS MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES DO CAMPO

Os Movimentos Sociais Populares do Campo surgem no Brasil a partir da década de 1940, com o processo de redemocratização. São desse período as diversas lutas dos posseiros, as greves dos assalariados, as Ligas Camponesas, as Uniões de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTABs), o Movimento dos Agricultores Sem-Terra (Master) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Muitas organizações e movimentos contavam com o apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB) (STÉDILE; FERNANDES, 1999). O golpe militar em março de 1964 interrompe esse movimento de generalização de lutas no campo. As organizações são desmanteladas e seus dirigentes perseguidos, embora a tensão continuasse.

Entre o final da década de 1970 e início da década de 1980, com o lento processo de abertura política, assiste-se à retomada das lutas da classe trabalhadora. A criação em 1975 da Comissão Pastoral da Terra (CPT), ligada à igreja católica (bem como a Teologia da Libertação, as Comunidades Eclesiais de Base e, também, a Igreja Luterana), contribui de maneira decisiva para o renascimento do movimento no campo. É nesse período que surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), criado formalmente em 1984.

A partir de 1985 até o final dos anos 1990, assiste-se a um crescimento generalizado dos movimentos organizados no campo: surgem o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MAB), o Movimen-

to das Mulheres Camponesas (MMC) e a Via Campesina, entre outros. Todos esses movimentos não surgem ao acaso, mas a partir de pressões objetivas da situação socioeconômica dos trabalhadores no campo, como resultado da “modernização conservadora”¹:

A quase totalidade dos movimentos populares rurais atuais no Brasil surgiu como resistência a um processo econômico e político que provocou a rápida modernização da agricultura. Os problemas vividos pela maioria da população rural, em particular os trabalhadores assalariados, os camponeses e suas famílias, [...] não são devidos à ‘falta’ de desenvolvimento, mas, pelo contrário, ao ‘sucesso’ do modelo modernizador. (GRZYBOWSKI, 1994, p. 290).

É nesse contexto que se forma, em fins da década de 1990, um movimento nacional de Educação do Campo no Brasil, tendo por sujeitos as organizações e movimentos sociais populares do campo, caracterizando-se “[...] como um movimento de cunho sociopolítico e, ao mesmo tempo, de certa renovação pedagógica.” (MUNARIM, 2008, p. 2).

4 EDUCAÇÃO DO CAMPO VERSUS EDUCAÇÃO RURAL

Desde sua fundação, o movimento nacional de educação do campo decide

[...] utilizar a expressão campo, e não a mais usual meio rural, com o objetivo de incluir [...] uma reflexão sobre o sentido atual do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais dos grupos que vivem hoje e tentam garantir a sobrevivência desse trabalho. Mas quando discutimos a educação do campo estamos tratando da educação que se volta ao conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, sejam os camponeses, incluindo os quilombolas, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural. (FERNANDES; CERIOLI; CALDART, 1998, p. 9).

Essa mudança de nomenclatura para *educação do campo* ao invés de *educação rural* é cheia de significados. A educação rural identifica-se, historicamente,

com as iniciativas do Estado em organizar a educação para os trabalhadores do campo, de acordo com os interesses do capital, caracterizando-se pela marginalização dessa população² e pelo caráter de política compensatória, de abafar os conflitos resultantes da contradição de classe no meio rural.

A educação do campo nasce então como denúncia dessa situação, a partir de um processo de luta social, de reflexão coletiva e de práticas educativas coladas às lutas dos movimentos sociais do campo, em que a educação é parte de um projeto político e social maior. “Antes (ou junto) de uma concepção de educação, ela é uma concepção de campo [...]” (CALDART, 2005, p. 25), que não pode ser aquela da agricultura capitalista expressa hoje no agronegócio (que nada mais é senão o domínio da agricultura pelas empresas transnacionais e pelo capital financeiro): “Não há escolas do campo num campo sem perspectivas, com o povo sem horizontes e buscando sair dele.” (CALDART, 2003, p. 64). A educação do campo propõe que se estude no campo para viver no campo.

Outro traço distintivo se refere ao protagonismo e à centralidade dos sujeitos do campo; trata-se de uma educação do e no campo, e não para o povo do campo: “No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais.” (CALDART, 2005, p. 27). Isso contrasta frontalmente com a concepção tradicional que enxerga o campo como lugar do atraso, e seus sujeitos como inferiores, incapazes.

Esse protagonismo caracteriza toda a trajetória do movimento nacional por uma educação do campo, desde seu nascimento.

5 NASCIMENTO E TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Inicialmente, é bom lembrar que a luta por uma educação do campo não se deu isolada de outras lutas ocorridas no país na década de 1990. Munarim (2008) contextualiza o nascimento da educação do campo também no cenário das amplas lutas do Movimento Docente por educação pública, gratuita, de qualidade e para todos, que culminou (para o bem e para o mal) em 1996, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei

9.394/96. Essas lutas ajudariam a criar condições favoráveis à renovação da educação rural, que seria protagonizada, entretanto, pelos seus próprios sujeitos.

Como se observou anteriormente, a educação do campo foi gestada nas lutas e experiências dos movimentos sociais populares do campo, em meados da década de 1990. Pode-se considerar como marco histórico de seu nascimento o *1º Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária* (Enera), ocorrido em Brasília, em julho de 1997, com apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e da Universidade de Brasília (UnB). Em seu documento final, o *Manifesto das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária ao Povo Brasileiro*, encontram-se os elementos centrais do que viria a ser a educação do campo:

Trabalhamos por uma identidade própria das escolas do meio rural, com um projeto político-pedagógico que fortaleça novas formas de desenvolvimento no campo, baseadas na justiça social, na cooperação agrícola, no respeito ao meio ambiente e na valorização da cultura camponesa. (CALDART, 2003, p. 81).

É também no 1º Enera que surge a ideia de uma conferência nacional: de fato, a *1ª Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo* seria realizada em julho de 1998, em Luziânia (GO). Promovida pelo MST, em parceria com a UnB, o Unicef, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a Conferência não foi um evento isolado, mas “[...] um ‘momento’ processual amplo de articulação política e elaboração de ideias [...]” (MUNARIM, 2008, p. 3), tendo sido precedida de intensos debates preparatórios, nos seminários estaduais e resultando em diversos desdobramentos.

Percebendo a necessidade de dar continuidade ao processo, as organizações envolvidas constituíram a *Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo*, com sede em Brasília, que desenvolveu diversas iniciativas: a publicação de uma coleção de cadernos sobre a educação do campo, o acompanhamento no Congresso Nacional à tramitação do Plano Nacional de Educação (PNE), o estímulo à realização de seminários estaduais e regionais e a realização de seminários nacionais (MUNARIM, 2008).

Se as reivindicações inicialmente se restringiam à educação básica, aos poucos, “[...] com a ação da Articulação Nacional, essa perspectiva vai mudar, ampliando o horizonte para todos os níveis e modalidades de educação, escolar e não escolar.” (MUNARIM, 2008, p. 4). Essa mudança explicita-se mais claramente a partir do *Seminário Nacional por uma Educação do Campo*, realizado em Brasília, em novembro de 2002. Nesse evento, ampliam-se, também, os movimentos sociais participantes: MST, MAB, MPA, CPT, Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), Movimentos Indígenas, Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Comunidades Quilombolas, Pastoral da Juventude Rural (PJR), Escolas-Família Agrícolas (EFAs), Movimento de Organização Comunitária, Confederação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura (Contag), entre outros, além de representantes de universidades e diversos órgãos públicos (KOLLING; CERIOLI; CALDART, 2002).

Nesse período, constituem-se Articulações Estaduais, que também realizam conferências e seminários (por exemplo, a Articulação Paranaense por uma Educação do Campo).

Em agosto de 2004, realiza-se a *II Conferência Nacional por uma Educação do Campo*, em Luziânia (GO), com o significativo lema *Por uma Política Pública de Educação do Campo*. O texto-base que subsidiou as discussões traz de forma clara os objetivos da Conferência:

O que esta Conferência pretende significar nessa história tensa e fecunda de construção da Educação do Campo? Esta Conferência pretende que todo esse processo seja reconhecido politicamente pelo Estado e pelos Governos. Que a Educação do Campo seja assumida como Política Pública de maneira mais explícita. Que as Secretarias que têm escolas no campo sejam apoiadas em seus esforços. Que os órgãos públicos responsáveis pela educação em nosso país se façam mais presentes reconhecendo a dívida social, cultural e educativa que tem para com os diversos sujeitos que trabalham e vivem no campo e na floresta. (GRZYBOWSKI, 1994, p. 4).

Nascida de práticas locais, comunitárias, a educação do campo vai-se conformando cada vez mais como uma luta por políticas públicas, como única maneira de garantir a universalização da educação no campo. “[...] agimos para

provocar o Estado a agir; construímos e pressionamos políticas públicas para a população do campo.” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA, 2004, p. 12).

Na tensa e complexa relação com o Estado, o *Movimento Nacional da Educação do Campo* logrou, por meio de uma mobilização permanente, algumas importantes conquistas.

6 AS CONQUISTAS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA LETRA DA LEI

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), em seu artigo 28, estabelece que:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996).

O reconhecimento da especificidade da educação do campo na LDB abriu a possibilidade de adequar a legislação educacional para que as diversas experiências construídas fossem reconhecidas e legalmente respaldadas (mediante a luta dos movimentos sociais, é sempre bom lembrar).

Destacam-se a seguir três importantes conquistas do movimento nacional *Por uma Educação do Campo*, que se transformaram em legislação específica.

6.1 PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA (PRONERA)

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária nasceu a partir das discussões durante o 1º Enera entre os movimentos sociais e as universidades,

em 1997, criado, oficialmente, em abril de 1998 pela Portaria 10/98, do então existente Ministério Extraordinário de Política Fundiária. “O Pronera é o executor das práticas e das reflexões teóricas da Educação do Campo (no âmbito do INCRA) [...]” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2004, p. 13), embora disponha de recursos limitados e já tenha sido ameaçado de extinção por diversas vezes.

Seu público-alvo são jovens e adultos das áreas de reforma agrária, da alfabetização ao ensino superior. Para se ter uma ideia de sua abrangência, de 1998 a 2007, o Pronera atingiu cerca de 500 mil trabalhadores rurais assentados e acampados, seja em cursos de alfabetização, escolarização, capacitação, seja em cursos de graduação, em parceria com instituições públicas de ensino, federais e estaduais (SANTOS, 2008, p. 97).

O III Seminário Nacional do Pronera, realizado em 2007 pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, com a participação dos movimentos sociais, mesmo reconhecendo inúmeros avanços proporcionados pelo programa, concluiu que ainda permanece como desafio “Lutar pelo reconhecimento da Educação do Campo como uma política de Estado permanente e não uma política de governo.” (SANTOS, 2008, p. 104).

6.2 DIRETRIZES OPERACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA NAS ESCOLAS DO CAMPO

Criadas por Resolução do Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica (Resolução CNE/CEB n. 01/2002), a partir do Parecer CNE/CEB n. 36/2001, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo destinam-se a adequar o projeto institucional das escolas do campo às Diretrizes Curriculares Nacionais, nas diversas modalidades existentes (Educação Básica e Profissional de Nível Técnico). Sua elaboração ocorreu com a efetiva participação das organizações e movimentos sociais que compunham então a “Articulação Nacional”.

As Diretrizes estabelecem, por exemplo, que “[...] as demandas dos movimentos sociais poderão subsidiar os componentes estruturantes das políticas educacionais.” (KOLLING; CERIOLI; CALDART, 2002, p. 58), reconhecendo

assim o protagonismo dos sujeitos do campo; o que também é reforçado nos artigos seguintes, que incluem a comunidade local e os movimentos sociais como partícipes da gestão democrática da escola (artigos 10 e 11).

A efetiva implementação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo está na dependência da luta organizada dos movimentos, em cada estado. No Paraná, por exemplo, as Diretrizes Curriculares da Educação do Campo foram lançadas em 2006, como parte integrante das Diretrizes Curriculares da rede pública de educação básica do estado do Paraná.

6.3 A ESCOLA ITINERANTE

Escola Itinerante é aquela que “[...] acompanha o itinerário do acampamento até o momento em que as famílias acampadas chegam à conquista da terra, ao assentamento.” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA, 2004, p. 43). Ela surgiu da necessidade de garantir às crianças dos acampamentos³ o direito à escolarização.

A primeira experiência ocorreu no Rio Grande do Sul, onde a proposta surgiu durante o II Congresso Infanto-Juvenil do MST, em 1995, “[...] que entre outros temas estudou o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente. Este estudo fomentou o debate que resultou na proposta de lutar para a legalização das escolas dos acampamentos.” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA, 2004, p. 41). Em 1996, o Conselho Estadual de Educação aprovou o Parecer n. 1.313/96, com o nome *Experiência Pedagógica – Escola Itinerante*, inicialmente por um período de dois anos. O êxito dessa experiência possibilitou a aprovação da Escola Itinerante também nos estados de Santa Catarina, Goiás, Alagoas, Piauí, Pernambuco e Paraná (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA, 2008).

Trata-se de uma escola pública, que pode oferecer desde a educação infantil até o ensino médio e profissionalizante, incluindo, também, a Educação de Jovens e Adultos. A Escola Itinerante funciona no acampamento, muitas vezes, com uma estrutura improvisada. É apoiada por uma Escola-base (normalmente a escola de um assentamento), responsável por acompanhar e dar suporte legal à vida escolar dos alunos incluir os professores no seu corpo administrativo-finan-

ceiro e administrar a verba em benefício da Escola Itinerante. Uma Escola-base pode apoiar diversas escolas itinerantes geograficamente próximas.

Cabe ressaltar ainda que as escolas itinerantes têm um projeto político-pedagógico diferenciado, baseado nos “Princípios da Educação no MST” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA, 2008, p. 24), entre os quais se destacam: educação para a transformação social; conteúdos formativos socialmente úteis; educação para o trabalho e pelo trabalho; educação para o trabalho e cooperação; vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos, econômicos e culturais; gestão democrática; auto-organização dos educandos; formação permanente dos educadores.

Como se pode depreender do exposto, trata-se de uma escola bastante particular. Contudo, como bem disse Arroyo (apud MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA, 2008, p. 71): “O que nos deve preocupar, e o que nos deve espantar não é a Escola Itinerante. O que nos deve espantar, é que haja coletivos, imensos coletivos, que tenham que ser itinerantes porque lhes negaram o direito à terra.” É talvez na Escola Itinerante que a radicalidade da educação do campo se materializa com mais força, pela estreita vinculação ao movimento social. Por tudo o que foi dito, fica evidente que educação do campo e movimento social são indissociáveis, o que vai engendrar, inclusive, a reflexão sobre uma pedagogia própria: a Pedagogia do Movimento.

7 EDUCAÇÃO DO CAMPO E PEDAGOGIA DO MOVIMENTO

Caldart (2004, 2006), buscando interpretar a experiência educacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, há vários anos, elabora como possível categoria da teoria pedagógica e social a *Pedagogia do Movimento*, que tem como origem e referência o movimento social (ao mesmo tempo como lugar e sujeito coletivo de formação humana) e um projeto de transformação da sociedade e do ser humano.

A pedagogia do movimento “[...] se constitui na historicidade das ações (o jeito que o Movimento vai construindo para formar um sujeito coletivo e educar as pessoas que dele participam) e das reflexões pedagógicas dos Movimentos Sociais.” (CALDART, 2006, p. 141). Sua validade pretende extrapolar a reflexão

sobre o MST em particular (embora ele tenha sido seu ponto de partida), afirmando o movimento social ao mesmo tempo como princípio educativo e como sujeito pedagógico, mediante processos políticos, econômicos e socioculturais que compõem sua dinâmica. O movimento social constitui princípio educativo à medida que os sujeitos sociais se formam e aprendem na dinâmica da luta social organizada, que é a base material do processo educativo. O movimento social consiste em sujeito pedagógico à proporção que a coletividade em movimento é educativa e atua intencionalmente no processo de formação das pessoas que a compõem.

Obviamente, nem pedagogia do movimento nem a educação do campo se restringem ao tempo/espaço da escola ou à educação formal, muito embora o movimento por uma educação do campo e os próprios movimentos sociais, em suas lutas específicas, considerem a escola parte importante de seus projetos educativos e de sociedade. Como se ressaltou ao longo deste artigo, suas lutas têm permitido às populações do campo superar o descaso histórico das autoridades com a escola do campo, contribuindo muito para a efetivação do direito à escola a todos os brasileiros, garantido pela Constituição Federal.

8 CONCLUSÃO

A educação do campo não pode ser definida em poucas palavras. É um movimento e está em movimento, em construção, até pela sua recentidade histórica. Contudo, já se encontra em disputa, justamente porque no campo existem projetos em disputa: o projeto do agronegócio, novo nome das velhas relações sociais capitalistas, e um projeto de relações sociais não capitalistas.

Não se pode perder de vista que a educação do campo nasceu das lutas dos trabalhadores do campo pelo direito à educação e a uma educação de qualidade, pensada com sua participação, desde sua especificidade, que tomou forma a partir das experiências das comunidades do campo e se ampliou em uma luta por políticas públicas. A educação do campo define-se, portanto, pela relação indissociável campo-educação-políticas públicas, em que o campo é, ao mesmo tempo, o campo existente, o da luta de classes, da resistência, dos movimentos sociais que a engendraram e um projeto de campo, de uma nova relação campo-

cidade. Nesse sentido, a educação do campo insere-se, também, na discussão por outro projeto de sociedade, de superação das relações sociais capitalistas, o que não pode ocorrer apenas no campo, de maneira isolada.

Procurou-se, oferecer uma leitura introdutória ao tema da educação do campo, de maneira a disponibilizar ao leitor informações importantes para, eventualmente, prosseguir no estudo do tema: sujeitos, origem, trajetória, um pouco da legislação pertinente e algumas propostas foram abordadas convidando a um maior aprofundamento das questões tratadas. Entre os pontos não abordados, estão especialmente o Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo, bem como as inovadoras práticas que buscam unir a educação escolar e a educação popular. Os limites deste artigo não permitiram ressaltar essas questões. Com o avançar da pesquisa, tem-se a oportunidade de tratar mais ampla e profundamente essas e outras questões relacionadas ao tema.

Espera-se, contudo, ter despertado a curiosidade dos leitores em conhecer melhor essa inovação recente da educação brasileira, que é a educação do campo e que representa a busca por outro projeto de educação, de campo e sociedade.

Éducation en milieu rural: premières approximations

Résumé

Cet article prétend offrir une première approximation au thème de l'Éducation en Milieu Rural. Il identifie qui sont les sujets du milieu rural, les sujets collectifs qui les représentent et la spécificité de l'Éducation en Milieu Rural. Il aborde son origine et sa trajectoire, dans la constitution d'un mouvement national qui se bat pour des politiques publiques pour l'Éducation. Il donne quelques exemples de la législation pertinente: le Programme National de l'Éducation dans la Réforme Agraire (Pronera), les Orientations Opérationnelles pour l'Éducation de Base des Écoles du Milieu Rural, et les Écoles Itinérantes. Finalement, est abordée la Pédagogie du Mouvement, fruit de la réflexion théorique sur la rencontre de l'éducation avec les mouvements sociaux.

Mots-clés: Éducation en milieu rural. Mouvements sociaux. Pédagogie du mouvement.

Notas explicativas

- ¹ Movimento de incorporação do campo ao desenvolvimento capitalista, ocorrido no Brasil a partir da segunda metade da década de 1960. Modernizou-se a base técnica da agricultura (mediante a chamada Revolução Verde), bem como as relações sociais no campo (com ampla disseminação das relações de assalariamento), sem alterar a estrutura fundiária do país, descartando-se a necessidade de reforma agrária.
- ² Edla Soares, no parecer 36/2001, sobre as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, registra o tratamento periférico dado pela maioria dos textos constitucionais à educação escolar do campo (BRASIL, 2004).
- ³ Enquanto o assentamento é a terra legalmente destinada à Reforma Agrária, por meio da desapropriação ou compra pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o acampamento é ainda o processo de luta, de enfrentamento, em que os sem-terra ocupam, de maneira muito organizada, um latifúndio ou a beira de uma estrada, para chamar a atenção da sociedade e pressionar as autoridades a realizarem a Reforma Agrária.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Resolução CNE/CEB – 1/2002, Brasília, DF: MEC, 2004.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 5 set. 2008.

CALDART, Roseli Salete. Teses sobre a Pedagogia do Movimento. Educação Básica de Nível Médio nas áreas de Reforma Agrária: Textos de Estudo. **Boletim da Educação (MST)**, São Paulo, n. 11, p. 137-149, set. 2006.

_____. Elementos para a construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo. In: PARANÁ (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **Cadernos temáticos: educação do campo**. Curitiba: SEED-PR, 2005. p. 23-34.

CALDART, Roseli Salete. A escola do campo em movimento. **Currículo sem Fronteiras**, v. 3, n.1, p. 60-81, jan./jun. 2003. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss1articles/roseli2.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2008.

_____. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete (Org.). **Por uma educação básica do Campo**. Texto-Base da Conferência Nacional. Brasília, DF: Ed. UnB, 1998.

GRZYBOWSKI, Cândido. Movimentos populares rurais no Brasil: desafios e perspectivas. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária hoje**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1994.

KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete (Org.). **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002. v. 4. (Coleção por uma Educação do Campo).

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária: Manual de Operações**. Brasília, DF: 2004. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/arquivos/0127102302.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2008.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA. Educação no MST: Balanço 20 anos. **Boletim da Educação**, São Paulo, n. 9, dez. 2004.

_____. Escola Itinerante do MST: história, projeto e experiências. **Cadernos da Escola Itinerante do MST**, São Paulo: MST, n. 1, abr. 2008.

MUNARIM, Antônio. Trajetória do movimento nacional de educação do campo no Brasil. *Educação*, Santa Maria, v. 33, n. 1, jan./abr. 2008. Disponível em: <<http://coralx.ufsm.br/revce/revce/2008/01/a4.htm>>. Acesso em: 5 set. 2008.

SANTOS, Clarice Aparecida (Org.). **Por uma Educação do Campo**: Campo – Políticas Públicas – Educação. Brasília, DF: INCRA; MDA, 2008. v. 7. (Coleção por uma Educação do Campo).

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

Recebido em 3 de fevereiro de 2009

Aceito em 12 de março de 2009